

OS MANUAIS DE CALIGRAFIA E SEU VÍNCULO COM O DESENHO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII

*Antônio Wilson Silva de Souza**

RESUMO — *O presente artigo busca desenvolver uma temática desvendada na leitura dos manuais de caligrafia luso-brasileiros do século XVIII. Estes possuíam o objetivo explícito de ensinar a escrever. No entanto, terminaram por ensinar a desenhar, na medida em que os calígrafos, autores dos citados manuais, transmitiam conhecimentos do desenho geométrico para o traçado das letras e para a feitura dos ornatos. Desta forma, os calígrafos contribuíram para a aprendizagem da escrita, mas também para a aquisição e desenvolvimento da linguagem do desenho. E os manuais de caligrafia tornaram-se materiais expressivos do modo de ornamentar do Setecentos, podendo ser considerados, em função dos ornatos apresentados, como integrantes do conjunto de manifestações artísticas do universo cultural luso-brasileiro do século XVIII.*

PALAVRAS-CHAVE: *Desenho. Caligrafia. Ornamento.*

Os manuais de caligrafia, ou cartilhas, eram instruções fundamentais para o aprendizado da escrita, da aritmética e da religião. Foram elaborados, inicialmente, sob a forma de cartas, donde lhes advém a denominação de “cartilha” proveniente do termo “cartinha”¹. Os manuais de caligrafia eram comumente usados no processo de instrução de jovens e adultos nas primeiras letras, pela sociedade portuguesa e brasileira do século XVIII e, por esta razão, são melhor entendidos no contexto da educação luso-brasileira.

De início, convém explicitar que, no século XVIII, sendo os manuais de caligrafia utilizados na primeira etapa da formação elementar, arriscar-se-ia mesmo a dizer que eles eram segui-

* Prof. Adjunto (DLA/UEFS). E-mail: awss33@hotmail.com
Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Letras e Artes. Tel./Fax (75) 3224-8265 - Av. Transnordestina, S/N - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: let@uefs.br

dos à guisa de “método” de alfabetização, circulando ao lado de gramáticas e abecedários publicados ao longo do século. Método aqui deve ser entendido em sentido amplo - razão das aspas - porque significava qualquer material que pudesse orientar o ensino e a aprendizagem.

O uso dos manuais era de tal sorte alargado que, no Portugal do Setecentos, era difícil fazer uma separação entre a cartilha e o método de alfabetização. No Brasil acontecia de forma similar: até ao século XIX, os livros utilizados nas escolas eram importados de Portugal e desse facto decorre a influência portuguesa no modo de escrever e ornamentar textos.

A colónia sempre dependeu da metrópole para as suas publicações e leituras. Ao contrário do que ocorreu na América espanhola, a América portuguesa só teve imprensa depois da chegada da família real. Os letrados coloniais publicavam os seus textos em Lisboa ou Coimbra e constituíam as suas bibliotecas com obras encomendadas através de negociantes que importavam livros do mesmo modo que importavam vinho ou azeite².

Apesar de centralizar a atenção dos manuais no século XVIII, fica, obviamente, entendido que a baliza temporal não será escrupulosamente respeitada, pois se farão necessárias referências cronologicamente anteriores e posteriores. Seguindo esta óptica, será necessário referenciar manuais de centúrias precedentes ao Setecentos, bem como averiguar alguns manuais do século XIX. Essa postura ajudará a entender melhor a história dos manuais no processo de evolução educacional e contribuirá para que se possa reconhecê-los também – urge dizê-lo - como integrantes do conjunto de expressões da arte luso-brasileira, posto que contributivos para o desenvolvimento da história do desenho.

Embora a investigação tenha oportunizado o conhecimento de vários manuais, far-se-á aqui referência apenas àqueles que, circunscritos às exigências estabelecidas pela presente tese, ofereceram bases para um estudo mais sistematizado e aprofundado. Adverte-se, outrossim, que se foi buscar, nas

bibliotecas portuguesas e brasileiras, depositárias de manuscritos e impressos do século XVIII, materiais que possibilitassem melhores esclarecimentos sobre o desenvolvimento histórico dos manuais de caligrafia setecentistas.

O intuito de estudar os ornatos caligráficos, enquadrando os manuais no âmbito do processo evolutivo da educação luso-brasileira, foi tarefa fácil, por um lado, em razão do seu conteúdo explicitamente formativo, mas difícil, por outro, quando se quis precisar o uso sistemático e institucional dos mesmos. Essa dificuldade adveio do facto de que pouco se sabe a respeito do ensino, tanto em Portugal quanto no Brasil, anteriormente ao século XIX³. Poucas são as monografias portuguesas e brasileiras respeitantes a essa temática. A escassez de literatura sobre o assunto já fora sentida pela pesquisadora da história da educação portuguesa, Áurea Adão, ao constatar que até mesmo

os inquéritos realizados no século XVIII foram completamente omissos no que refere a escolas e outros estabelecimentos de ensino⁴.

Daí ter sido impossível averiguar estatisticamente a adoção dos manuais de caligrafia por instituições de ensino portugueses e brasileiros do Setecentos. No entanto, da sua utilização pelos calígrafos ou mestres particulares na fase inicial da formação, bem como da sua influência no modo de desenhar as letras e ornamentar textos não há que duvidar. Os manuscritos referentes ao Brasil setecentista, realizados na sua maioria com letras ornamentais e outros elementos decorativos, podem confirmá-lo.

Ao reconhecer o uso e importância dos manuais de caligrafia como auxiliares no processo de formação, e analisando-os com maior perícia, ter-se-á automaticamente o olhar induzido para os ornatos nele apresentados, cujo valor estético merece ser destacado em vista de um conhecimento mais sistemático sobre os mesmos. Assim, os manuais merecem um estudo mais pormenorizado, na medida em que refletem, através da caligrafia, a concepção e a prática de uma forma

peculiar do desenho setecentista: a ornamentação caligráfica, de interesse para a história da arte, de modo especial, do desenho.

O recorte cronológico que delimita o período em foco, o século XVIII, não foi escolhido acidentalmente, e sim com base na história da caligrafia portuguesa, que comprova, no Setecentos, o grande florescimento da arte caligráfica, embora tenha constatado o surgimento dos manuais em séculos anteriores. Segundo Lima, somente

no século XVI aparece em Portugal o primeiro livro de caligrafia devido a Manuel Barata, que nele imitou os italianos, livro que é dos mais antigos que viram a luz na Europa⁵.

Justino de Magalhães reuniu esforços de investigação que resultaram na comprovação da atenção portuguesa para o aprendizado das primeiras letras, manifestada desde a aurora da Idade Moderna:

Uma modalidade de livros que se reporta ao século XVI e que muito beneficiou da arte de imprimir, são as Cartilhas para aprender a ler. Foi talvez mesmo este o tipo de livro que mais beneficiou, pelo menos conjunturalmente, da mecanização gráfica⁶.

A existência e utilização dos manuais colocam em evidência que a cultura escrita em Portugal e no Brasil, no período moderno, era, essencialmente, manuscrita. Aliás, essa realidade perseverou até parte do século XIX⁷. O mesmo se pode afirmar das colônias, no mesmo período cronológico, visto que dependiam em tudo de uma autorização legal da Metrópole e, mais do que desse pressuposto, viviam, na maioria dos aspectos, de acordo com o desenvolvimento cultural da mesma.

O manual de caligrafia da lavra de Manuel Baratta, atrás mencionado⁸ permanece como um ponto balizador, não somente pelo seu valor documental, mas também porque, consoante a obra de Henrique de Campos Ferreira Lima⁹, *Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugue-*

ses, houve um espaço de tempo decorrido entre o Quinhentos e o Setecentos, no qual não se verificou nenhum efetivo avanço na caligrafia portuguesa, sobretudo durante o largo domínio filipino. Assim, no final do século XVII e início do XVIII é que uma nova atenção é conferida à caligrafia, com o surgimento de alguns manuais e, sobretudo, de uma obra que se tornará basilar no decurso de todo o Setecentos. Trata-se da *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* da autoria de Manuel de Andrade de Figueiredo¹⁰.

Analisando os manuais de caligrafia setecentistas, pôde-se comprovar que eles apresentavam uma estrutura padrão, que resultava grandemente da construção sobre as linhas mestras do ensino fornecido pelas Ordens Religiosas: um intróito sobre a importância e necessidade de se dominar a escrita; um retrato do calígrafo no qual se viam representados também seus instrumentos de trabalho; textos manuscritos de natureza espiritual para cópia pelos alunos e estampas a serem imitadas, seguidas de algumas planilhas, apresentando tipos variados de letras – das capitais às cursivas – e modelos de ornatos caligráficos que também constituíam objecto de apreensão por parte dos alunos.

Em nível de conteúdo, o próprio título dos manuais evidenciava os assuntos a serem estudados, e que constituíam, à época, as matérias básicas do ensino elementar: *ler, escrever e contar*. A esses conteúdos acrescentavam-se normas de civilidade e doutrina cristã, cabendo ao próprio calígrafo o domínio desses conteúdos, bem como a pedagogia para transmiti-los aos aprendizes¹¹.

No desenrolar da presente reflexão, seria muito lógico indagar-se a respeito dos destinatários dos manuais. A resposta está patente na própria redação dos manuais. Não causa espanto que tais compêndios tenham sido endereçados aos alunos, aos pais dos alunos e aos mestres, isto é, aos três grupos diretamente interessados no desenvolvimento educacional, nas sociedades portuguesa e brasileira do século XVIII. Mas, no final do século, constatou-se um direcionamento mais específico para os que ensinavam¹².

A divulgação dos manuais nas colônias portuguesas, dentre as quais aquela que diz respeito ao presente artigo, o Brasil,

explica-se, em grande parte, porque, no século XVIII, a colônia sulamericana conheceu um grande desenvolvimento econômico¹³ e, por esta razão, a Corte Portuguesa começou a perceber que os colonos necessitavam de uma educação fundamentada nos manuais de ensino das primeiras letras para que se pudessem viabilizar a comunicação e o comércio com Portugal.

Dentre os manuais de caligrafia houve um que, consoante o parecer de muitos historiadores da educação luso-brasileira, tornou-se protótipo da caligrafia setecentista: *A nova escola para aprender a ler, escrever e contar*.¹⁴ Seu autor, Manuel de Andrade de Figueiredo, calígrafo da mais elevada competência, produziu-o laboriosamente e publicou-o nos princípios da centúria de Setecentos. A obra, referenciada pela maioria dos pesquisadores portugueses e brasileiros, apresenta-se como um sinal do interesse luso-brasileiro pelo domínio da escrita, para cujo aprendizado deveras corroborou. Ainda hoje o referido manual pode ser analisado, sob vários aspectos, sobretudo porque, através dos ornatos que esboça, constitui material comum às manifestações da arte no mundo luso-brasileiro, de modo particular, relativamente ao desenho, enquanto ornamentação de documentos.

A Nova escola para aprender a ler, escrever e contar, da autoria de Andrade de Figueiredo é um sofisticado exemplar dos manuais de caligrafia setecentistas. A obra segue os padrões organizacionais ou estruturais comuns aos manuais de caligrafia correntes na época¹⁵.

O aspecto de maior interesse, no referido manual, para o desenvolvimento da arte do desenho é, exactamente, o que nele há de mais especial: a quantidade, a diversidade e a qualidade da ornamentação caligráfica que o punho do seu autor fez desabrochar, com a perícia de uma larga destreza técnica, nas páginas envoltentes da cartilha. Dever-se-á, por essa razão, considerar a obra de Andrade de Figueiredo, sem nenhum exagero, como a mais ricamente dotada de ornamentação caligráfica do século XVIII e que permeou todo o transcurso da centúria instruindo nas primeiras letras e, ao mesmo tempo, plasmando uma maneira de ornamentar tipicamente portuguesa no Setecentos.

Se se entende por caligrafia a arte de escrever bem à mão, ou seja, de fazer boa letra, ou ainda, de desenhar belos caracteres, o manual de Andrade de Figueiredo constitui um denso compêndio de ensino da escrita. Por essa razão o grande educador setecentista, Martinho de Mendonça de Pina¹⁶ recomendou o uso desse manual para a formação nas primeiras letras. O erudito português percebeu que o *“aspecto particularmente interessante na obra de Figueiredo é o que ele escreveu acerca da didática da escrita e da caligrafia, em 33 páginas de texto e 45 páginas de desenhos explicativos”*¹⁷. Tratando-se de desenhos, o texto vem pontilhado de ornatos caligráficos do mais fino requinte. Comprova-o a **Figura 1**.

O manual de Andrade de Figueiredo favorece o conhecimento, não somente da escrita setecentista, mas também, enquanto produto de um espírito influenciado pelas ideias reinantes no século XVIII, do pensamento da sociedade portuguesa de então.

Não foi possível constatar, à luz da documentação, se Andrade de Figueiredo trabalhou como mestre de primeiras letras no Brasil, contudo, ao tratar do ensino numa das capitanias do Brasil do século XVIII, o *Dicionário Histórico das Minas Gerais* traz a informação de que

é bastante provável que, nesse período, os habitantes das Gerais tivessem acesso a publicações pedagógicas do Reino, como a Nova escola para aprender a ler, escrever e contar, de Andrade de Figueiredo, (...) ¹⁸.

E ainda, estudos outros asseveram que

Quando D. Luís António de Souza assumiu o governo da Capitania de São Paulo, depois que esta recuperou a sua autonomia, verificou a falta de gente que soubesse ler e escrever e fosse capaz de servir na Secretaria do Governo. Decidiu então que houvesse na cidade de São Paulo um mestre de meninos, para orientação do qual redigiu uns Estatutos provisórios.

Este documento contém algumas informações importantes: «**Que todos os mestres sejam obrigados a ensinar pelo livro do Andrade e seguir em tudo aquelas regras que no princípio do dito livro se prescrevem para a boa direcção das escolas**, e será bom que tenha outros livros, como a *Educação de um menino nobre*, a tradução das *Obrigações civis* do Cícero, para que possam inspirar aos meninos as boas inclinações e o verdadeiro merecimento do homem».

O livro a que se refere em 1768 é certamente o de **Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar***, publicado em Lisboa em 1722, bem anterior portanto à reforma pombalina, **mas que ainda não fora substituído por outro**¹⁹.

Analisando os manuais de caligrafia do século XVIII e, em particular, o de Andrade de Figueiredo, verificou-se que o desenho constituía, além de um recurso para se escrever bem, uma forma de ornamentação dos documentos oficiais.

Os manuais de caligrafia setecentistas evidenciam a relação entre a educação para a escrita e o exercício do desenho. A relação entre escrita e desenho é interativa e se faz notar de forma bastante clara na obra de Andrade de Figueiredo. Por essa razão a *Nova escola para aprender a ler, escrever, contar* tornou-se referencial na compreensão da história não somente da escrita, mas também do desenho do século XVIII, pois contém orientações sistemáticas para a aprendizagem do desenho na fase inicial ou elementar do ensino.

Muito utilizada, em Portugal, no início do século XVIII, para a formação elementar, a *Nova escola* de Andrade de Figueiredo permite estabelecer um paralelo entre a orientação metodológica do autor e a ornamentação dos documentos da Bahia setecentista, visto que as estampas propostas a título de exercício apresentam uma estreita similitude com os desenhos que ornaram a maior parte da documentação oficial civil e eclesiástica do Brasil Colonial.

Urge ressaltar que os desenhos do manual foram feitos pelo próprio autor, fato comum aos manuais da época e que

assume um grande significado, para a reflexão ora em curso, porque exemplifica como, na mentalidade do homem do século XVIII, a educação para a ornamentação de textos e, pode-se dizer, para o desenho, constituía elemento integrante de uma boa formação.



Figura 1 - Página da Nova escola para aprender a ler, escrever e contar, de Andrade de Figueiredo. Gravura sobre papel. 320x208 mm.

O próprio Figueiredo fora considerado como um mestre dotado de grande habilidade para o traçado das letras e dos ornatos dos textos. O dominicano, Frei Lucas de Santa Catarina, no seu parecer a favor da licença do Santo Ofício para a impressão da *Nova Escola*, afirma a qualidade técnica dos traslados e refere-se à prática do traço de Figueiredo, com grande admiração pelo modo como ele talhou os caracteres e, de acréscimo, enriqueceu com as “*sutilezas da pena as mais delicadas expressões da estampa*”²⁰. Para reiterar o que se disse, Inocêncio da Silva, apropriando-se do parecer de Ventura da Silva (calígrafo de século XIX), fará mais tarde, no seu *Dicionário Bibliográfico Português*, uma justa alusão a Figueiredo classificando-o como um compositor de “*formosíssimo carácter de letra*”²¹ e autor de elegantes abecedários, “*ornados de engraçadas laçarias*”²².

No destaque conferido por Figueiredo ao ornato dos textos, encontra-se a razão do seu interesse por tudo que pudesse contribuir de forma eficaz para o bom traçado dos caracteres, ou seja para um bom desenho. Entende-se, assim, o porquê de ter deitado acurada atenção aos instrumentos da escrita, explicando que “*não pode o Artífice exercitar com primor as manufacturas da sua arte sem bons instrumentos [...]*”²³. Era comum aos calígrafos da época a preocupação com os instrumentos e materiais para a boa execução da escrita.

A aprendizagem da escrita iniciava-se pelas técnicas da posição da mão e dos dedos, pela postura correcta do corpo e pelo talhe da pena, aspectos estes que ocupavam inúmeras páginas dos compêndios ²⁴.

Com o testemunho da **Figura 2**, tornam-se sintomáticas as recomendações de Figueiredo sobre o modo de ensino da escrita e da ornamentação dos documentos: a habilidade do mestre e engenho na aplicação do discípulo, a observação e acompanhamento dos alunos durante os exercícios, a verificação da postura física para realizá-los com maior precisão, bem como a escolha de bons instrumentos e ainda a preocupação com o modo de preparar a tinta e a escolha de outros materiais de base.

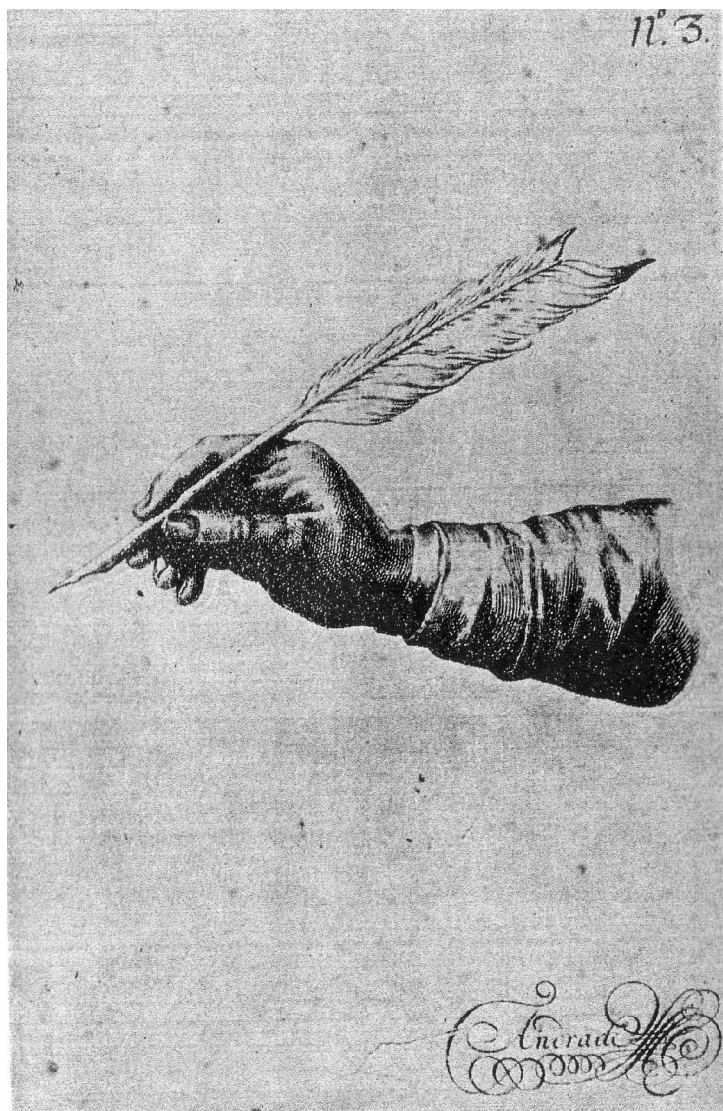


Figura 2 - Estampa n. 3 dextraída da Nova escola..., de Andrade de Figueiredo.

Gravura sobre papel. 320 x 208 mm.

A obra de Figueiredo, além de uma demonstração do bom traçado das letras, contribui também para que se possa verificar a concepção de desenho vigente no mundo luso-brasileiro, ao referir-se às formas dos caracteres, utilizando um vocabulário específico como: *rasgos*, *talho*, *traço* e *risco*. Apesar do autor preceituar e exaltar a perfeição dos traços, o emprego de algumas dessas terminologias, como *talho* e *rasgos*, resulta em apresentar o desenho como forma secundária de expressão, estreitamente vinculada à escrita e realizada em função da caligrafia que, efetivamente, extrapolava o domínio das regras gramaticais e da formação dos caracteres e estendia-se à execução de ornatos nos manuscritos.

Estabelecendo um paralelo entre os desenhos propostos por Figueiredo na *Nova Escola* e os ornatos da maioria dos documentos da Bahia setecentista, constatou-se a execução com a mesma técnica, bico de pena, e a apresentação de destacada semelhança em nível formal, posto que evidenciam um padrão constantemente repetido, de maneira que se criou uma unidade visual no conjunto de variados documentos do período em análise. Tal constatação leva a acreditar em uma demasiada influência dos manuais de caligrafia no modo de ornamentar documentos, sobretudo porque essa atividade constituía uma decorrência da escrita. Esta, recorrendo à exuberância nas composições, ao emaranhado de linhas curvas e ao rebuscado dos traços entrecruzados, revelava, por seu turno, um modo de expressão genuíno de uma preponderante mentalidade barroca.

Pela simples inspeção, convence-se de que os ornatos da **Figura 3**, uma página da *Nova Escola*, e da **Figura 4**, extraída de um Compromisso de Irmandade²⁵, foram bem elaborados do ponto de vista técnico. A efusão do cruzamento de traços, esboçando motivos zoo e fitomorfos, representa alguns signos da cultura lusitana comuns à grande maioria dos ornatos dos documentos, inclusive oriundos do Brasil. A recorrência desses signos, bem como a técnica com que foram executados, dão a perceber uma harmonização nada ocasional entre manuais de caligrafia e ornamentação de manuscritos, alguns dos quais indicativos da influência da religião cristã no processo de formação cultural da Península Ibérica.

n. 30.

A B C D E F G H I L
M N O P Q R S T V
U Y X Z

A a b c d e f g h i j l m n o p q r s t u v x z y
ss. ß. st. &

*A raiz, & causa porque se perderão muytos varoẽs, que trallarão
de espirito, foy porque as mais das virtudes que exercitarão não os
acompanbarão com prudencia: porque esta he aque ensina afugir
os extremos viciosos, & ir pelo caminbo real, & seguro do Ceo. &
esta he a vela a cega, & olho limpo das boas obras, que alumina &
encaminba aofim devida, que he cumprir em tudo a vontade de
Deos, & alcançar sua gloria &c.*

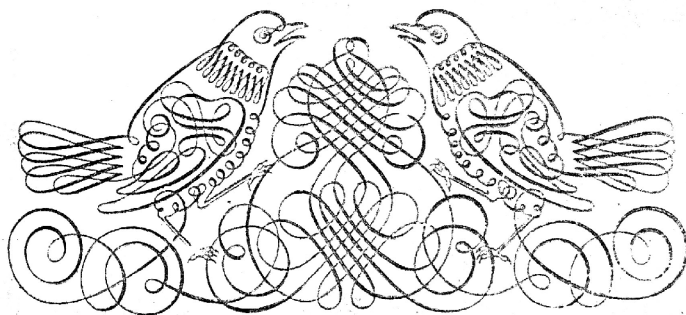


Figura 3 - Ornato caligráfico da Nova escola.

Gravura sobre papel. 72 x 169 mm (Dimensões do ornato).

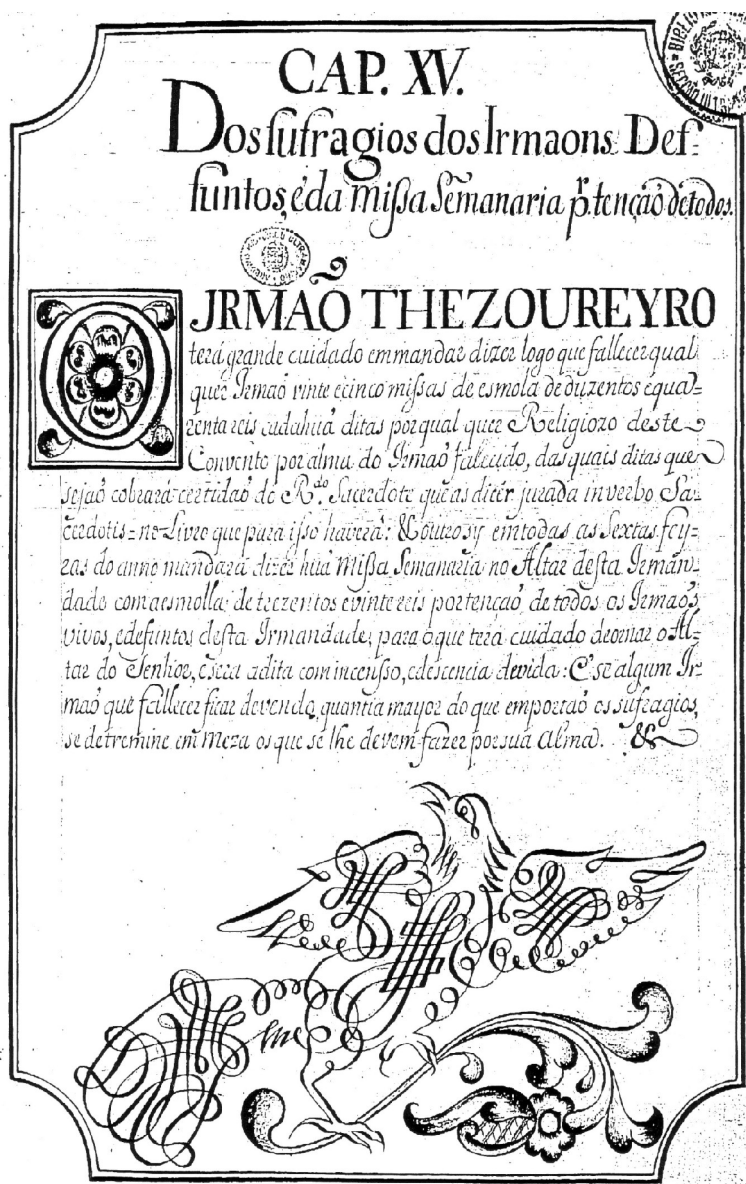


Figura 4 - Página de um Compromisso de Irmandade. Desenho a bico de pena sobre papel. 115 x 160 mm.

Os desenhos apresentados na **Figura 4**, pela leveza e segurança do traço e pelo apurado rigor da técnica, indicam uma mão destra, com grande domínio da escrita e do desenho, o que se deve em parte aos ensinamentos contidos nos manuais de caligrafia. Estes e os ornatos dos documentos apresentam analogias que não poderiam ser consideradas furtivas, sobretudo quando se percebe que na base das composições ornamentativas dos manuscritos se encontra a maneira própria de expressão dos calígrafos.

A vernacularidade da forma de expressão portuguesa é perceptível com particular acuidade no discurso ornamental dos manuscritos, e a sua introdução na mentalidade brasileira foi de fácil atestação nos documentos analisados. Pautadas por um efusivo teor decorativo, as estampas dos manuais de caligrafia refletem-se nos ornatos dos manuscritos setecentistas com padrões claramente visíveis, cujos exemplares se encontram melhor representados nas páginas dos Compromissos de Irmandades religiosas e nos Mapas de exportação e importação de mercadorias. Embora sejam diversificados os documentos ornamentados, as clivagens com os manuais de caligrafia se fazem mais nítidas nesses dois tipos de documentação que, por conseguinte, evidenciam melhor o vínculo entre manuais de caligrafia e desenho.

Considerando a atividade de ornamentar manuscritos, no século XVIII, impõe-se reconhecer, no trabalho dos calígrafos, uma atividade reveladora de habilidade bastante desenvolvida. Foi basicamente essa habilidade que lhes deu condição para actuar com maior independência. O desempenho e a habilidade gráfica dos calígrafos resultou na produção de manuais de caligrafia.

Pode-se concluir que a atividade dos calígrafos setecentistas, através dos seus manuais, do modo peculiar Andrade de Figueiredo, corroborou, não somente para o desenvolvimento da escrita, mas também para a evolução do desenho, na medida que ensinavam a ornamentar manuscritos. Urge também ressaltar, posto que assegurado com provas irrefutáveis, que o vínculo efetivado entre escrita e desenho constitui um dos substratos mais significativos para o conhecimento sobre a história da arte lusobrasileira do século XVIII, história cujo impulso fica a dever, em grande parte, ao uso dos manuais de caligrafia.

MANUALS OF CALLIGRAPHY AND THEIR LINK WITH DRAWING IN 18TH CENTURY BRAZIL

ABSTRACT - This article tries to develop a theme unveiled through a reading of manuals of Luso-Brazilian calligraphy from the eighteenth century, manuals explicitly aimed at teaching how to write. However, eventually they taught drawing to the extent that the calligraphers, authors of the manuals cited, transmitted knowledge of geometric design for the tracing of letters and making of ornaments. Thus, the calligraphers contributed to the learning of writing, but also to the acquisition and development of the language of drawing. And the manuals of calligraphy became expressive materials for the eighteenth century mode of ornamenting, and may be considered, depending on the ornaments presented, as integral parts of the artistic expression of the XVIII century Luso-Brazilian cultural universe.

KEY WORDS: *Design. Calligraphy. Ornament.*

NOTAS

- ¹ A este propósito, encontra-se maiores informações em MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Ler e escrever no mundo rural do antigo regime**: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.
- ² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999. p. 97.
- ³ Ver melhores esclarecimentos sobre esse assunto no texto de Souza, Antônio Wilson Silva de. **O desenho no Brasil do século XVIII. Ornatos de documentos e figurinos militares**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em novembro de 2008, sob a orientação de Agostinho Marques de Araújo.
- ⁴ ADÃO, Áurea. **Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. As Escolas Régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 13.
- ⁵ LIMA, Henrique de Campos Ferreira. **Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923. p. 5.

- ⁶ MAGALHÃES, Justino Pereira de - *Op. cit.* p. 151. Profundo conhecedor da história da educação portuguesa, no que tange à formação inicial para as primeiras letras, Justino Pereira da Magalhães oferece uma base reflexiva muito sólida para o estudo sobre o processo de apreensão da escrita no mundo luso-brasileiro. A sua obra, **Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal**, editado pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho assinala-o como uma mentalidade sensível à valorização da cultura escrita. Referência bibliográfica desta tese, a sua obra corroborou imensamente para o desenvolvimento do pensamento do analítico sobre os manuais de caligrafia, posto que o citado autor constatou a importância desses materiais de uso já desde o século XVI e que alcançaram desenvolvimento maior no Setecentos. Recomenda-se a leitura da obra mencionada bem como se chama a atenção para a bibliografia utilizada pelo autor que muito contribuiu para formar com fundamento as inferências para o estudo realizado na presente tese.
- ⁷ Ver a esse respeito MAGALHÃES, Justino Pereira de - *Op. cit.* p. 149. O autor explana mais profundamente sobre essa questão. Dentre as suas considerações, transcreve-se aqui, a título de ilustração, aquela que assevera que “a maior parte das nossas grandes obras permaneceram manuscritas; o que se editou nos séculos XVI e XVII é uma parte da produção nacional. A nossa cultura permaneceu essencialmente manuscrita”.
- ⁸ Trata-se da obra: BARATTA, Manuel. **Exemplares de diversas sortes de letras tirados da polygraphia de Manuel Baratta**. Lisboa: João de Oçanha e António Álvarez, 1590.
- ⁹ Essa obra foi consultada inúmeras vezes por possibilitar maior fundamentação para estudo dos calígrafos. Na obra, o autor, reuniu as mais atualizadas referências aos calígrafos, gramáticos portugueses desde o século XVI até ao XIX. Não somente encontram-se alusões aos calígrafos, mais também uma pequena biografia e um trecho de suas obras acrescidos de uma sucinta análise que Lima soube fazer com a perícia de sua inteligência investigadora.
- ¹⁰ Melhor referenciando: FIGUEIREDO, Manuel Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever e contar**. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.

- ¹¹ Cf. MAGALHÃES, Justino Pereira de. Op. cit. p. 152: “A estrutura das Cartilhas de Primeiras Letras manteve-se até ao último quartel do século XVIII, quando viriam a ser retomadas as cartilhas ilustradas e passaram a ser esboçados alguns abecedários e silabários ortofônicos”.
- ¹² Idem, p. 176: “Todavia, os alfabetos e cartinhas impressas, após um primeiro impacto e uma difusão que incluiu o Ultramar, devem ter passado a constituir sobretudo um livro do professor”. Grifo de nossa iniciativa.
- ¹³ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- ¹⁴ O autor da presente tese teve o primeiro acesso a esse manual de caligrafia, no ano 2000, a partir de uma cópia microfilmada pertencente a Maria Helena Ochi Flexor, que a obteve no IEB da USP e, gentilmente, cedeu-a para reprodução, com a finalidade de análise como parte da pesquisa do Mestrado em Artes Visuais na EBA da UFBA, sob o tema **O Desenho na Bahia do século XVIII**, da qual a citada Professora foi Orientadora. Urge, no entanto, assinalar que, no transcurso das pesquisas para o doutorado, realizado na faculdade de Letras da Universidade do Porto, a consulta a essa obra de singular valor historiográfico e artístico foi também possível, na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, que guarda um único exemplar, integrante da seção dos documentos Reservados. Por ser uma obra de reserva de consulta, o acesso ao manual fez-se mediante autorização superior.
- ¹⁵ Importa assinalar a relevância desse manual que mereceria uma reprodução fac-similizada, senão uma reedição, com o intuito de satisfazer as demandas de pesquisa por parte de investigadores brasileiros, portugueses e estrangeiros, desejosos de conhecer melhor a mentalidade luso-brasileira do século XVIII.
- ¹⁶ Veja-se PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- ¹⁷ PINHEIRO, J. E. Moreirinhas - Op. cit. p. 48.
- ¹⁸ BOTELHO, Ângela Vianna. “Ensino”, **Dicionário histórico das Minas Gerais**. (Org.). BOTELHO, Ângela Vianna e ROMEIRO, Adriana. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Econtram-se informações sobre a história do ensino nas Minas Gerais no período

colonial que constituem valiosas contribuições para a compreensão da história da educação no Brasil setecentista. Embora houvesse diferenças particularizadoras nas capitanias, essas informações podem ser assumidas de forma generalizada porque toda as capitanias do Brasil do século XVIII viviam sob o domínio da Corte portuguesa.

¹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. (Direc.). **Nova história da expansão portuguesa. O império luso-brasileiro (1620-1750)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. v. 8, p. 446. Grifos de nossa responsabilidade.

²⁰ Idem. s.n.p.

²¹ SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário bibliográfico português: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Tomo 5, p. 355.

²² SILVA, Inocêncio Francisco da. Op. cit. 356.

²³ Idem. p. 27.

²⁴ ADÃO, Áurea - Op. cit. p. 19.

²⁵ "Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus com o título de Senhor dos Martírios erecta pelos Homens Pretos de nação Gegê no Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira. 1765". Bahia. **AHU_ACL_CU_COMPROMISSOS, Cod. 1666**.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. **Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. as Escolas Régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BARATTA, Manuel. **Exemplares de diversas sortes de letras tirados da polygraphia de Manuel Baratta**. Lisboa: João de Oçanha e António Álvarez, 1590.

BOTELHO, Ângela Vianna. **"Ensino". Dicionário histórico das Minas Gerais**. (Org.). BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FIGUEIREDO, Manuel Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever e contar**. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. **Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Ler e escrever no mundo rural do antigo regime**: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. (Direc.). **Nova história da expansão portuguesa**. O império luso-brasileiro (1620-1750). Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário bibliográfico português**: estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999.